

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**INTIMIDAÇÃO, SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE PATROAS
VIOLENTAS E EMPREGADAS RESISTENTES EM ALGUMAS CASAS DA CIDADE
DE MAPUTO**

Candidato: Eufrásio Manuel Rapoio

Supervisor: Emídio Vieira Salomone Gune

Maputo, Setembro de 2014

**INTIMIDAÇÃO, SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE PATROAS
VIOLENTAS E EMPREGADAS RESISTENTES EM ALGUMAS CASAS DA CIDADE
DE MAPUTO**

Trabalho do Fim do Curso na modalidade de projecto de pesquisa apresentado em cumprimento
parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade
Eduardo Mondlane

Candidato: Eufrásio Manuel Rapoio

O Supervisor

Presidente

Oponente

Maputo, Setembro de 2014

Declaração de originalidade

Declaro que este relatório de pesquisa é original. Que o mesmo é fruto da minha investigação estando indicadas ao longo do trabalho e nas referências as fontes de informação por mim utilizadas para a sua elaboração. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente, na íntegra ou parcialmente, para a obtenção de qualquer grau académico.

Eufrásio Manuel Rapoio

Maputo, Setembro de 2014

Resumo

O presente trabalho analisa a relação entre as patroas e as empregadas no contexto da violência. O assunto tem sido discutido a partir de três perspectivas. A primeira defende que as patroas violentam as empregadas porque são detentoras de poder e a segunda defende que as patroas violentam as empregadas por terem herdado o poder patriarcal de género. Estas explicações permitem perceber o poder das patroas contra as empregadas mas, não compreendem a resposta das empregadas. E uma terceira perspectiva que entende que a relação entre as patroas e as empregadas é negociada e não apenas de violência das patroas contra as empregadas.

A partir de um estudo etnográfico realizado em alguns pontos da cidade de Maputo, olhei para as patroas e para as empregadas e compreendi que a violência das primeiras contra as segundas manifesta-se por um lado através de intimidação, como ameaças de cortes de salários e de despedimentos e por outro, através de segregação no uso de casas de banhos diferentes e consumo diferenciado de alimentação. Diante dessas situações as empregadas reagem através de estratégias directas, que consistem em reclamações imediatas que algumas vezes levam a cedências ou através de estratégias indirectas, que consistem em contar a pessoas de confiança das patroas ou não cumprem as ordens das patroas.

Os resultados do presente estudo permitem-me concluir que, se por um lado as patroas desenvolvem mecanismos de violência contra as empregadas, por outro lado as empregadas reagem através de várias acções directas e indirectas. Esta conclusão permite distanciar-me da perspectiva de poder que defende que as patroas violentam as empregadas por serem detentoras de poder e da perspectiva de género que considera que as patroas violentam as empregadas por terem herdado a desigualdade de género, e permite-me reforçar a perspectiva pós-estruturalista que defende que existem processos de negociação entre as patroas e as empregadas.

Conceitos chaves: violência, intimidação, segregação e resistência.

Dedicatória

Dedico este trabalho a todos aqueles que ajudaram na minha formação. Dedico também as falecidas avós Tafere Guente mãe da minha mãe e Kakhumate Mwandera mãe do meu pai, sem elas e os maridos delas que não cheguei de conhecê-los meus pais não teriam nascido e consequentemente eu não existiria.

Agradecimentos

Agradeço, a Universidade Eduardo Mondlane e em especial ao Departamento de Arqueologia e Antropologia pelo acolhimento durante o tempo de formação.

Ao doutor Emídio Gune, e director do curso de Antropologia da UEM, pela paciência que teve em supervisionar-me.

A todos os meus irmãos (as), Octávio Manuel, Morais Manuel, Anita Manuel, Bendito Manuel, Dionísio Manuel, Orlanda Manuel, Tobias Manuel e Noémia Manuel, pelo apoio moral e financeiro.

Aos tios Hibraímo César, Natália César, Idalina e Luciano pelo encorajamento.

Aos meus pais Manuel Rapoio e Fitimia César Grão pela educação inicial e moral que deram-me.

Ao Joaquim Sales e Gabriel Muchombe meus colegas de batalha estudantil, pela paciência que tiveram em emprestar-me seus computadores para escrever este trabalho.

E a todos aqueles que de uma forma directa e indirecta contribuíram para que eu chegasse até este degrau de vida.

Índice

Declaração de originalidade.....	i
Resumo.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Índice.....	v
1. Introdução.....	1
2. Revisão de literatura.....	4
2.1. Violência contra trabalhadores.....	4
2.2. Violência doméstica feita pelas patroas contra as empregadas.....	5
3. Enquadramento teórico e conceitual.....	9
4. Procedimento metodológico.....	13
4.1. Fases de pesquisa.....	13
4.2. Processo de selecção das participantes do estudo.....	14
4.3. Método e Técnicas de recolha de dados.....	14
4.4. Constrangimentos e superação.....	15
5. Segregação e intimidação contra as empregadas e resistência.....	17
5.1. Os locais de estudo e o perfil das patroas e das empregadas.....	18
5.2. Segregação e intimidação das patroas contra as empregadas.....	19
5.3. Estratégias de resistência das empregadas à segregação e intimidação das patroas.....	23
6. Conclusão.....	28
Referências.....	30

1. Introdução

O presente trabalho analisa a relação entre as patroas e as empregadas no contexto da violência. A motivação para a realização desta pesquisa surgiu das leituras que fiz sobre violência em Moçambique, onde constatei um interesse dominante pela violência feita por homens contra as Mulheres (Arthur 2003; Ministério da mulher e da acção social 2004; Mejia et al 2004; Muendane 2012; Osório 2002; e Ubisse 2006). Estes estudos consideram que a violência é um assunto de género porque é motivada pela divisão de papéis sociais desiguais entre homens e mulheres, em que os homens embutidos pela construção social patriarcal violentam sempre as mulheres.

Mais tarde surge o estudo feito pela Chavel (2011) que compreendeu a existência da violência feita por Mulheres contra os homens, questionando deste modo a condenação dos homens como perpetradores de violência contra as mulheres. Este estudo revelou que um dos problemas com a análise de violência em Moçambique é a ligação deste fenómeno à pertença de pessoas a sexos diferentes. Entretanto, embora Chavel (2011) mencione o problema da exclusão de pessoas do mesmo sexo na violência também não estudou o assunto. Foi a partir daí que fiquei interessado em fazer uma pesquisa exploratória etnográfica para compreender as relações entre patroas e empregadas como um contexto da violência.

Da literatura analisada sobre a violência das patroas contra as empregadas encontrei três principais perspectivas de análise nomeadamente de poder, de género e pós-estruturalista. A perspectiva de poder defende que as patroas violentam as empregadas porque são detentoras de poder (Tavares 2005 e XI Congresso Luso-Brasileiro das Ciências Sociais 2011). Para esta perspectiva as empregadas subordinam-se por estarem em desigualdade de poder com as patroas no espaço doméstico e por incapacidade de reagir ao comportamento violento delas (idem). Se por um lado, esta perspectiva permite perceber o poder das patroas perante as empregadas domésticas, por outro não compreende a resposta das empregadas.

A perspectiva de género considera que as patroas violentam as empregadas pelo facto de herdarem a desigualdade patriarcal entre homens e mulheres, em que os homens seguindo o

modelo patriarcal da construção de desigualdade social, violentam as mulheres e por sua vez as patroas possuídas pelo modelo patriarcal de construção de desigualdade social violentam as suas empregadas (Santos 2009). Se por um lado esta perspectiva permite perceber a influência que as patroas têm da violência dos homens contra as mulheres ao associar a violência ao sexo masculino perde de vista que a violência pode ser praticada por qualquer pessoa e não compreende a resposta das empregadas a cenários de violência.

A perspectiva pós-estruturalista entende que nas relações entre as patroas e as empregadas existe processos de negociação (Brites 2000; 2007; Nyamnjoh 2005 e Sorotto 2006). Estes processos de negociação culminam com a cedência seja por parte das patroas ou das empregadas (idem). Esta perspectiva permite perceber que as negociações existentes entre as patroas e as empregadas fazem com que as suas relações sejam de equilíbrio.

Face a limitação das perspectivas de poder e de género, inspiro-me na visão pós-estruturalista para compreender qual é a relação entre as patroas e as empregadas e qual é a resposta das empregadas diante de situações de violência?

A partir de dados etnográficos recolhidos em alguns pontos da cidade de Maputo e analisados a luz da teoria pós-estruturalista, os resultados do estudo mostram que as patroas violentam as empregadas por via de intimidação e tentativas constantes de segregação, e que diante dessas situações as empregadas implementam estratégias de resistência face a violência das patroas. Essas resistências podem ser directas e indirectas. As resistências são directas quando as empregadas as vezes respondem imediatamente as patroas, e indirectas onde as empregadas as vezes recorrem a outras pessoas de confiança das patroas, como aos maridos e aos filhos, com o objectivo de ajudar a elas a sensibilizar as patroas, ou mesmo resistem secretamente sem as patroas saberem.

O presente trabalho é apresentado em seis partes nomeadamente, introdução, revisão de literatura, enquadramento teórico e conceptual, procedimento metodológico, análise de dados e conclusão. Na introdução, apresento o assunto, a motivação para a realização do estudo, as

perspectivas teóricas e algumas limitações, a pergunta de partida, o método de estudo, a teoria adotada, os resultados do estudo e as partes que compõem o trabalho. Na segunda parte discuto a revisão de literatura onde apresento as principais linhas de discussão dos autores sobre a violência contra os trabalhadores e a violência das patroas contra as empregadas. Na terceira parte, trago o enquadramento teórico e conceitual mostrando a teoria que servirá para explicar os dados, assim como explico os conceitos utilizados. Na quarta parte mostro o procedimento metodológico. Na quinta parte faço a análise de dados recolhidos no campo de pesquisa.

2. Revisão de literatura

Neste capítulo analiso no primeiro momento os estudos de violência contra os trabalhadores e no segundo momento relato os estudos de violência das patroas contra as empregadas, onde apresento as principais linhas de debate dos autores a cerca do assunto.

2.1. Violência contra trabalhadores

A violência contra os trabalhadores é discutida em duas perspectivas. A primeira perspectiva defende que a violência é feita pelos superiores hierárquicos contra os trabalhadores subalternos (Boletim Informativo do Sindicato dos Professores do ABC 2003; Cezar 2005; Contrera-Moreno e Contera-Moreno 2004; Dias 2008; Organização Internacional de Trabalho 2003 e Oliveira 2008). A segunda perspectiva defende que a violência é feita por pessoas de fora do local de trabalho contra os trabalhadores (Cezar 2005; Contrera-Moreno e Contera-Moreno 2004).

No grupo dos autores que defendem a primeira e segunda perspectiva estão Cezar (2005), Contrera-Moreno e Contera-Moreno (2004). Nos seus estudos estes autores entendem que os funcionários de saúde hospitalar nomeadamente médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem sofrem diversos tipos de violência, desde agressão física, psicológica, verbal, sexual, entre outros tipos de violência. Essas violências segundo os autores são perpetradas pelos funcionários hierárquicos superiores ou pelos utentes destes serviços (Cezar 2005; Contrera-Moreno e Contera-Moreno 2004).

Outra autora que defende que a violência é feita pelos superiores hierárquicos contra os trabalhadores é Dias (2008), para quem as mulheres nos seus locais de trabalho sofrem violência sexual. Para esta autora, as principais vítimas desta violência são as mulheres jovens, mulheres celibatárias ou mulheres divorciadas. Segundo Dias, o assédio sexual que as mulheres sofrem no local de trabalho é feito pelos superiores hierárquicos como uma forma de exercício de poder (Dias 2008).

Na mesma linha de pensamento de Dias (2008), o Boletim Informativo do Sindicato dos Professores do ABC (2003) considera o assédio moral como uma violência feita pelos superiores

hierárquicos no local de trabalho contra os subalternos. Ainda na mesma linha a Organização Internacional de Trabalho (2003) entende que a violência no local de trabalho é motivada muitas vezes pela desigualdade de poder entre o(a) empregador(a) e o(a) empregado(a). Para a OIT, a violência no local de trabalho afecta todas as profissões e sectores, tanto homens como mulheres (OIT 2003).

Ainda sobre a violência dos superiores hierárquicos contra os trabalhadores subalternos Oliveira (2008) descreve os signos de desrespeito, deslealdade, discriminação e intolerância como relacionados a violência no trabalho na construção civil. Para este autor, a violência é feita por pessoas hierarquicamente superiores em relação as vítimas (Oliveira 2008).

Como mostrei nesta secção, a violência contra os trabalhadores tem sido estudada em duas perspectivas. A primeira considera que a violência é feita pelos superiores hierárquicos contra os trabalhadores subalternos e a segunda por pessoas de fora do local do trabalho contra os trabalhadores.

2.2. Violência doméstica feita pelas patroas contra as empregadas

No debate sobre a violência das patroas contra as empregadas identifiquei três perspectivas a saber a perspectiva de poder (XI CLABCS 2011 e Tavares 2005), a perspectiva de género (Santos 2009) e a perspectiva pós-estruturalista (Brites 2000; 2007; Nyamnjoh 2005 e Sorotto 2006).

Na perspectiva de poder, Tavares (2005) defende que as patroas violentam as suas empregadas porque são pessoas que detêm o poder no espaço doméstico e as empregadas por estarem desprovidas de poder se sujeitam sendo assim completamente vítimas. Tavares (2005) entende que as empregadas domésticas adolescentes emigrantes que vivem fora das suas famílias e amigos sofrem situações de diferença de classe social, idade, sexo, e etnia. Ao usar a técnica de entrevistas demonstra que as empregadas sofrem violência física, verbal e psicológica. Para este autor a violência é um acto de simbolismo de socialização das empregadas no mundo doméstico e que isto significa exercício de poder e dominação sobre as adolescentes (Tavares 2005).

Na mesma perspectiva de poder, XI CLABCS (2011) acrescenta as ideias de Tavares (2005) ao entender que a violência feita pelas patroas contra as empregadas domésticas para além de ser motivada pela diferença de poder, também é potenciada pela desigualdade económica, onde as patroas fazem parte de pessoas que detêm o poder económico em detrimento das empregadas. Ao basear-se em análise de entrevistas, o estudo do congresso compreende que as adolescentes trabalhadoras, sofrem violência porque são dependentes dos (as) seus patrões (as) em termos financeiros (XI CLABCS 2011). Entretanto, embora que a perspectiva de poder permita perceber que as patroas possuem o poder no espaço doméstico que as suas empregadas, não compreende a resposta das empregadas.

Quanto a perspectiva de género, para Santos (2009) as patroas violentam as empregadas domésticas porque herdam a desigualdade social de género. Na análise de processos judiciais compreende que nos processos de violência, as empregadas são vistas como subordinadas e que os seus corpos podem ser vitimados pelos (as) patrões (as). E quando denunciam as agressões e levadas a julgamento, os (as) agressores (as) não são penalizados (as) porque os juízes naturalizam as normas da organização patriarcal da sociedade. Por isso, diz Santos que os discursos e as práticas jurídicas nos processos de violência reproduzem as desigualdades das relações sociais de género (Santos 2009).

Ainda segundo Santos (2009), essas acções constituem violência por serem próprias da organização patriarcal da sociedade. As mulheres que agridem fisicamente as empregadas fazem isso porque estão embutidas pelas construções culturais do sistema sexo-género, construções que influenciam para que olhem para as empregadas como subordinadas e desqualificadas, e que as suas acções devem ser vigiadas e controladas para garantir a harmonia social (Santos 2009).

Para reforçar o argumento, a autora apresenta o caso em que uma patroa ajuda o seu marido a estuprar a empregada, despindo-a, e concluiu que é uma clara reafirmação do direito patriarcal dos homens sobre o corpo das mulheres ambos patrão e patroa agindo dentro do sistema patriarcal. De acordo com Santos (2009),

“A patroa que ajudou o marido a violentar, despindo-a, coaduna com este estando ambos constituídos como sujeitos dominantes e violentos que se valem da força e da sua posição hierárquica. Por isso o patriarcado pode ser executado por qualquer um, incluindo as mulheres (...) os papéis de género não estão fixos ao biológico. Homens podem ocupar papéis de género considerados femininos e mulheres desempenharem os que são atribuídos ao masculino, inclusive como agentes de violência” (Santos, 2009:111-115).

Com uma posição diferente de Santos (2009), Chavel (2011) entende que o modelo de género dá privilégio do patriarcado na explicação de violência, onde existe a superioridade dos homens na violência contra as mulheres e não ajuda-nos a compreender que qualquer pessoa pode cometer actos violentos independentemente de sexo (Chavel 2011). A perspectiva de género permite perceber que as patroas herdaram a violência nos homens o que é problemático porque associa o sexo como determinante de violência e não compreende a resposta das empregadas.

Diferentemente das perspectivas do poder e de género surge a perspectiva pós-estruturalista com uma visão mais ampla nos estudos de relações entre patroas e empregadas. Esta perspectiva olha tanto para as acções das patroas como para as acções das empregadas. Para esta perspectiva existem processos de negociação nas relações entre as patroas e as empregadas no espaço doméstico (Brites 2000; 2007; Nyamnjoh 2005 e Sorotto 2006).

Assim Brites (2000; 2007), considera que as relações entre patroas e empregadas não são apenas motivadas pela desigualdade de poder porque também são caracterizadas por afecto e rebeldia, por parte das empregadas. Para Brites,

“Existe ambiguidade afectiva nas negociações de pagamentos extra-salariais, na troca de serviços não vinculados no contrato, nas fofocas entre mulheres e na troca de carinhos com as crianças (...) e há desigualdade com a marcação entre chefe e subalterno” (Brites, 2000:73).

Na mesma perspectiva pós-estruturalista, Sorotto (2006) reforça a ideia de Brites (2000; 2007) e considera que a relação entre patroas e empregadas é instável, mas equilibra-se através de constantes negociações para ser mantida.

Nyamnjoh (2005) participa neste debate ao complementar as ideias de Brites (2000) e de Sorotto (2006). Para Nyamnjoh (2005) o poder na relação entre patroas e empregadas está para além dos limites estruturais. Para Nyamnjoh (2005) existe renegociação e redefinição das suas relações diárias, onde as patroas manipulam as empregadas assim como as empregadas manipulam as patroas desafiando o poder delas. Esta perspectiva permite compreender que as relações entre as patroas e as empregadas são negociadas. Sendo assim a mesma é importante para compreender a violência porque dá a possibilidade de olhar quaisquer pessoa como cometedor e vítima de violência independentemente do privilégio que possa ter.

De uma forma geral, dos estudos analisados é notório que existem três perspectivas de olhar o assunto. As perspectivas de poder, de género e pós-estruturalista. As perspectivas de poder e de género partem de uma análise essencialista para compreender a violência. Nesta análise as patroas são vista como sempre violentadoras e as empregadas perpetuamente vítimas. Esta forma de olhar embora permite perceber o poder das patroas na violência contra as empregadas e que as patroas herdaram a violência dos homens, não compreende a resposta das empregadas, e que a violência pode ser praticada por qualquer pessoa independentemente de sexo.

A segunda perspectiva pós-estruturalista olha para processos de negociação entre as patroas e as empregadas. Esta perspectiva permite perceber que as relações entre as patroas e as empregadas são negociadas. Perante, as limitações das perspectivas de poder e de género, o presente estudo segue o pensamento pós-estruturalista de relações entre as patroas e as empregadas. Esta perspectiva permite-me compreender a violência feita pelas patroas contra as empregadas, pessoas do mesmo sexo e assim como a resposta das empregadas face a violência das suas patroas.

3. Enquadramento teórico e conceitual

Da literatura analisada percebi que existe um modelo teórico Marxista, que defende a existência de duas classes em luta constante, por um lado a classe burguesa e por outro lado a classe do proletariado, em que a primeira oprime a segunda pelo facto de ser a detentora de poder (Ferraz 2009). Esta forma de pensar influenciou a visão feminista de violência, que olha para a violência como um assunto proveniente da desigualdade de poder entre homens e mulheres, onde os homens violentam as mulheres por causa da construção da desigualdade social patriarcal (Osório 2002; Meijia et al 2004 e Arthur 2003).

Em reacção a este modelo surge o modelo pós-estruturalista influenciado por Foucault (s/d) que explica que o poder deve ser visto como algo circular porque ninguém é dono dele e as pessoas nas suas relações sociais exercem o poder e sofrem a sua acção, o que sustenta a tese de que não existe por um lado pessoas que exercem o poder e por outro pessoas que estão dele total e permanentemente desprovidas.

A partir dessa visão pós-estruturalista Nyamnjoh (2005) no seu trabalho sobre relações entre patroas e empregadas na África do sul considera que as empregadas desafiam o poder das patroas através de vários actos, o que leva o autor a afirmar que o poder na relação entre patroas e empregadas deve ser visto para além dos limites estruturais.

Assim neste trabalho uso o pós-estruturalismo para interpretar os dados colectados na presente pesquisa, pois permite-me compreender as tentativas de violência, segregação e intimidação feita pelas patroas contra as empregadas bem como as respostas destas.

Conceitos

Os conceitos utilizados neste trabalho são violência, intimidação, segregação e resistência. Achei que estes conceitos são indispensáveis para a análise e discussão dos dados.

Violência

Violência, segundo Osório (2002) é uma forma de resolução de conflitos no contexto das relações de poder, onde quem detém o poder exercer o de forma violenta e o/ violentado/a por

falta de capacidade de resposta a este poder, aceita-o ou é obrigado/a aceitá-lo (Osório 2002). Este conceito não compreende os casos em que há equilíbrio de poder entre os indivíduos.

Outro autor que define a violência é Hayeck (2009) que considera que o significado da violência depende de sociedade para sociedade. Na mesma linha de pensamento, Antunes (s/d) entende a violência como um fenómeno histórico e social, que está ligado a socialização das pessoas em determinados espaços sociais e culturais. Sendo um fenómeno social, o que pode ser considerado violência ou não também varia de contexto para contexto.

Na mesma perspectiva de Hayeck (2009) e Antunes (s/d), Dias (s/d) citando Coimbra et al (1990), diz que o termo violência não se refere só a lesão ou agressão física,

“O mesmo deve ser visto sob aspectos activos e passivos, e nas suas múltiplas manifestações, cobrindo desde a agressão física, emocional, psicológica, simbólica, sexual, e até a violência situada numa perspectiva macrosocial, que é experimentada pelas dificuldades de acesso a saúde, ao emprego, a educação e a cultura” (Dias s/d:30-31).

Segundo Machado e Gonçalves (2003), citado pela Alves (2005) violência doméstica é,

“Qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico privado (pessoas, crianças, jovens, mulheres adultas, homens adultos ou idosos – a viver em alojamento comum) ou que, não habitando no mesmo agregado doméstico privado que o agente da violência, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital” (Alves 2005:2).

Este conceito liga a violência apenas ao contexto doméstico, razão pela qual uso apenas uma parte deste conceito neste trabalho. Assim no presente trabalho violência é,

“Qualquer acto, conduta ou omissão que sirva para infligir, reiteradamente e com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos, de modo directo ou indirecto através de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio a qualquer pessoa” (Alves 2005:2) citando Machado e Gonçalves (2003).

Uma das formas de violência é a intimidação que, segundo Rosa (2003) é uma forma de violência porque manifesta-se através de ameaças a vítima, de fazer ou realizar esses actos.

Intimidação

O termo intimidação refere-se ao acto através do qual se tenta gerar medo numa pessoa para que faça o que ela quiser ([htt: conceitos. de/intimidação](http://conceitos.de/intimidação)).

Embora o conceito descrito forneça-nos alguma visão de intimidação, neste trabalho uso o conceito de intimidação para referir qualquer acto, que uma pessoa faz para dar ou criar medo a outra pessoa, de modo que faça aquilo que ele quer ou manda por meio de ameaças, ou de constantes constrangimentos (Machado et al 1992).

Segregação

A segregação segundo Neto (2009) é a diferenciação de estratos distintos na sociedade. Para Neto (2009) existe segregação quando há um grupo de pessoas com mais condições de vida que vivem em espaços urbanos privilegiados e existe outros que não tendo esses rendimentos vivem nas preferias das cidades. Os que vivem na preferia são considerados segregados pelas pessoas que vivem no espaço urbano (Neto 2009).

Na mesma linha de ideias que Neto (2009), Negri (2008) considera segregação como uma diferenciação económica, social e espacial no espaço urbano. Na segregação social e espacial a classe alta controla e reproduz o espaço urbano de acordo com os seus interesses. Uma das limitações do conceito de Neto (2009) e de Negri (2008) é de definirem a segregação como se fosse ligada apenas ao espaço geográfico urbano específico.

Diante dessa limitação Oliveira (2012) considera segregação como separação e distanciamento, bem como a restrição a certas variáveis da vida social, a indivíduos, grupos, ou instituições característicos, tendo em vista objectivos sociais específicos (Oliveira 2012). Neste trabalho uso o conceito de segregação apresentado por Oliveira (2012) porque para além da componente espacial inclui certos critérios sociais de segregação, que estão para além do espaço.

Resistência

Resistência é a dificuldade de certos indivíduos mudarem dentro de uma organização diante das transformações e das novas tendências que acontecem dentro da organização ou empresa (Jacoben e Rodrigues 2002; Pereira et al 2004). As pessoas que reagem negativamente ao processo de mudanças institucionais face a novas exigências do mercado são consideradas resistentes a mudança.

Paralelamente as ideias de Jacoben e Rodrigues (2002) e Pereira et al (2004), Bortolotti e Andrade (2011), entendem resistência como reacção que certos indivíduos têm face aos processos de mudança numa organização. Essas reacções podem ser a favor ou contra as mudanças implementadas na organização.

Segundo Foucault citado por Ventura (2009) concebe resistência como ligada ao poder. Para este autor resistência e o poder andam juntos. Onde existe poder há resistência e vice/versa. Ainda para Foucault (s/d),

“.... Não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual, toda a relação de poder implica uma estratégia de luta...” (idem:247-249).

Neste trabalho a resistência deve ser vista como a reacção dos indivíduos ao comportamento considerado indesejável ou prejudicial praticado por outros, seja por vingança, ira, ou inversão para se livrar, sendo estas reacções directas ou indirectas.

4. Procedimento metodológico

Nesta parte do trabalho apresento as fases seguidas para a realização do estudo, o processo de selecção das participantes do estudo, o método e as técnicas de recolha de dados e descrevo os constrangimentos encontrados no campo de pesquisa e como superei esses constrangimentos.

4.1. Fases de pesquisa

A pesquisa decorreu em três fases nomeadamente a fase de pesquisa etnográfica, a fase de pesquisa bibliográfica e a fase de revisão e análise de dados. A primeira fase foi de pesquisa bibliográfica. A pesquisa etnográfica foi feita nas casas onde tem patroas e empregadas. Nesta fase observei o quotidiano, conversei com patroas e empregadas e fiz entrevistas semi-estruturadas. Esta fase decorreu intensivamente entre os meses de Outubro de 2013 a Fevereiro de 2014 e prolongou-se de uma forma esporádica até ao mês de Abril de 2014. Durante a fase intensiva iam três a cinco vezes por semana no campo de pesquisa e na fase esporádica apenas ia ao campo para complementar algo que achava que ficou por compreender.

A segunda fase foi de pesquisa bibliográfica. Esta fase decorreu entre os meses de Fevereiro a Julho de 2014. Durante a pesquisa bibliográfica consultei e li livros, artigos, revistas, dissertações ou teses que falam sobre violência, violência contra os trabalhadores, e com especial enfoque sobre violência contra as empregadas nas bibliotecas físicas e virtuais. Neste material identifiquei aquilo que já foi estudado. Feito isso, identifiquei especificamente o assunto a ser discutido a saber a violência das patroas contra empregadas e a resposta destas diante dessa violência.

E por fim a terceira fase foi de revisão do material recolhido na pesquisa etnográfica, análise e interpretação do mesmo. Nesta revisão, procurei ver o que os dados permitiam-me continuar a discutir mediante aquilo que já foi estudado pelos autores lidos. Foi quando identifiquei o argumento que serviu para responder a pergunta de partida, segundo a qual a relação entre as patroas e as empregadas domésticas é de violência que manifesta-se em intimidação e tentativas constantes de segregação.

4. 2. Processo de selecção das participantes do estudo

No presente estudo participaram oito pessoas, das quais quatro patroas e quatro empregadas domésticas. As participantes foram seleccionadas através de redes de confiança entre vizinhos e amigos. Para seleccionar as patroas tive ajuda de dois amigos, uma empregada e através de confiança com uma das patroas. Os meus amigos apresentaram-me duas patroas, e através de uma das empregadas conheci a sua patroa e por fim a última patroa conheci pessoalmente. E para seleccionar as empregadas tive ajuda de duas patroas e duas vizinhas. As duas patroas ajudaram-me a conhecer as suas empregadas, assim como as duas vizinhas apresentaram-me duas empregadas.

4.3. Método e técnicas de recolha de dados

Para a realização deste trabalho usei o método etnográfico. O método etnográfico consistiu em ir três a cinco vezes por semana nas casas de pesquisa para observar. Comecei a observar o dia a dia em duas casas que se localizam no bairro da Urbanização e Alto-Maé. Depois de duas semanas comecei a observar na terceira casa que se localiza no bairro da Malhangalene e depois de um mês comecei a observar na casa do bairro do Aeroporto. As observações eram feitas entre 08 horas e 17 horas. As vezes quando encontrava-me indisponível para observar em dois períodos, observava o período das 8 horas às 12 horas ou das 12 às 17 horas.

As observações permitiram-me ver e perceber a rotina do dia-a-dia das patroas e das empregadas, entre as quais os espaços que as empregadas frequentavam e os que não frequentavam, as tarefas desempenhadas assim como a forma como as patroas atribuíam tais tarefas as empregadas. Para além disso, permitiram-me ver e ouvir sobre a forma como confeccionavam os alimentos, a diferença e semelhança da alimentação entre as patroas e as empregadas, a reacção das patroas face as atitudes das empregadas e a reacção das empregadas face as atitudes das patroas, as conversas ao telefone das patroas assim como das empregadas, a estrutura física das casas observadas, das cozinhas, de algumas casas de banhos das empregadas e algumas das patroas e carros das patroas.

Durante o trabalho etnográfico houve assuntos que anotava imediatamente no caderno do campo e assuntos que anotava num outro momento ou quando regressasse em casa. Algumas coisas não eram anotadas de imediato porque poderia interromper aquilo que via e ouvia durante a observação, como por exemplo quando estivesse no meio de uma conversa com as participantes.

A observação foi auxiliada por técnicas de perguntas semi-estruturadas e conversas informais. As perguntas semi-estruturadas permitiram-me perceber coisas que durante a observação não percebia, e através de conversas informais permitiram-me perceber a história de vida das empregadas, assim como das patroas relativas a relação entre os dois grupos.

4.4. Constrangimentos e superação

Ao longo do trabalho tive três constrangimentos. O primeiro constrangimento aconteceu quando aproximei a uma empregada dum dos locais pesquisados e convidei para participar no estudo depois de ter combinado com a patroa dela. Logo que coloquei o assunto respondeu-me que não conseguiria fazer trabalho comigo porque tinha desistido da escola a dez anos atrás. Na tentativa de esclarecer recusou por duas vezes falar comigo. No entanto, voltei para casa com a ideia de desistir dela mas, como já tinha acordado com a patroa dela voltei no local num outro dia. E foi neste dia que consegui explicá-la detalhadamente e finalmente compreendeu. Depois de clarificar o mal-entendido ela aceitou e participou na pesquisa.

O segundo constrangimento aconteceu nos primeiros dias de pesquisa do campo. Nestes dias notei que quando tivesse chegado no local de pesquisa por via das patroas as empregadas evitavam conversar comigo por acharem que as espionava para depois contar as patroas. Notei a mesma coisa quando tivesse chegado por via de confiança das empregadas. Este constrangimento foi ultrapassado com o andar do tempo quando ganhei confiança com as duas partes, patroas e empregadas e perceberam que o meu motivo não era de espioná-las mas sim de fazer pesquisa.

E o terceiro constrangimento foi de não conseguir conversar suficientemente com as (algumas) patroas porque não tinham tempo e ausentavam-se frequentemente, seja para irem ao serviço ou

mesmo para resolverem questões de interesse pessoais, o que impediu-me recolher detalhadamente informações acerca das suas vidas.

5. Segregação e intimidação contra as empregadas domésticas e resistência

Neste capítulo analiso, em três secções, os dados recolhidos no estudo etnográfico. Na primeira secção faço a caracterização dos locais de estudo e monstro o perfil das patroas e das empregadas. Na segunda secção mostro a segregação e intimidação feita pelas patroas contra as empregadas domésticas. E na terceira secção apresento as estratégias de resistência das empregadas para se defenderem das intimidações e segregações feitas pelas patroas.

Estas secções são as bases a partir das quais construi o argumento que defendo, de que a relação entre as patroas e as empregadas domésticas é de violência que manifesta-se em intimidação e tentativas constantes de segregação. E diante dessa situação as empregadas reagem através de estratégias que algumas vezes são directas e indirectas.

5.1. Os locais de estudo e o perfil das patroas e das empregadas

Nesta primeira secção apresento o perfil dos locais de pesquisa e apresento o perfil das patroas e empregadas domésticas participantes do estudo.

As observações foram feitas em quatro casas que tem empregadas e patroas na cidade de Maputo nomeadamente o primeiro caso no bairro da Urbanização, o segundo no bairro do Alto-Maé, o terceiro no bairro de Malhangalene e o quarto no bairro do Aeroporto.

A primeira casa é de Alvenaria, vedada com muro de blocos de cimento. No interior da mesma tem três quartos, uma sala, uma casa de banho, uma despensa. Fora da casa tem uma garagem que servia para estacionar carros, uma dependência que serve de cozinha e uma casa de banho. A 2ª casa é de alvenaria, com vedação rebocada, portão para a entrada e saída de viaturas, uma casa de banho, uma despensa de dois quartos, sendo um quarto que serve como cozinha e armazenagem de utensílios domésticos e o outro como dormitório da empregada. No interior da casa tem dois quartos, uma sala e uma casa de banho.

A terceira casa é de alvenaria com muro rebocado e pintado, um portão para a entrada e saída de viaturas e um para a entrada de pessoas e uma casa de banho. No interior da casa tem três

quartos, sendo, um para a patroa, um para hóspedes e um para a empregada para usar no período que fica a trabalhar. Para além disso tem uma sala, uma despensa, casa de banho para a patroa e para hóspedes e uma cozinha. E a quarta residência também é de alvenaria, vedação, sala, cozinha, despensa e uma casa de banho. No interior da casa tem três quartos e uma casa de banho.

O perfil das patroas e empregadas participantes está representado nos dois quadros que se seguem abaixo. Para a protecção das mesmas uso nomes fictícios de modo que estas não se sintam constrangidas ou sofram represálias por causa da pesquisa.

Perfil das empregadas

Nome	Idade	Escolaridade	Filhos	Estado civil	Residência
Nina	23 Anos	10ª Classe	Sem filhos	Solteira	Urbanização
Cacilda	30 Anos	8ª Classe	3 Filhos	Casada	B. Ferroviário
Manuela	28 Anos	9ª Classe	1 Filho	Solteira	Urbanização
Tina	26 Anos	6ª Classe	2 Filhos	Casada	Maxaquene

Perfil das patroas

Nome	Idade	Escolaridade	Filhos	Estado civil	Residência	Estado financeiro
Zabeta	32 Anos	12ª Classe	2 Filhos	Casada	Urbanização	Trabalhadora
Esmeralda	45 Anos	10ª Classe	Não tem filhos	Solteira	Alto-Maé	Trabalhadora
Esmeralda	55 Anos	4ª Classe	5 Filhos	Solteira	Malhangalene	Não trabalha
Isaura	42 Anos	6ª Classe	3 Filhos	Casada	Aeroporto	Não trabalha

5.2. Segregação e intimidação das patroas contra as empregadas

Nesta segunda secção apresento os mecanismos de segregação que são feitos através do uso diferenciado de casas de banhos com as patroas e através do consumo diferenciado de alimentação, e de intimidação feitos através de ameaças de despedimento e de cortes de salários.

As patroas segregam as empregadas através do uso diferenciado de casas de banhos. Elas têm quatro casas de banhos que são de construção moderna, equipadas com pias e azulejos, diferentemente das quatro casas de banhos usadas pelas empregadas que são de construção precária, das quais duas são de pias danificadas e duas de latrina. Além disso, as patroas muitas vezes trancam as suas casas de banhos com ou sem a intenção de sair de casa.

O quarto dela fica trancado, assim como a casa de banho dela. Apenas entro no quarto dela na sua companhia para deixar coisas, como roupa e outras coisas... apenas limpo a casa de banho dela com a sua autorização, quando estiver suja abre e depois de fazer limpeza ela tranca (Tina, 26 anos, trabalha no bairro Malhangalene).

Como se pode notar no exemplo da Tina, as patroas trancam as suas casas de banhos. Para além de separarem as casas de banhos com as empregadas, as patroas segregam as suas empregadas por entenderem que não podem estar a usar as mesmas casas de banhos com as empregadas como podemos ver nas palavras de Cacilda com a qual conversei,

Foi ela que disse logo no primeiro dia que comecei a trabalhar. Apresentou-me a casa, falou-me as tarefas da casa, e depois deu-me o quarto que devo usar quando chegar aqui para trabalhar, e por fim mostrou-me aquela casa de banho de fora dizendo que devia usar lá (Cacilda, 30 anos, trabalha no bairro Alto-Maé).

Um outro exemplo que mostra a separação de casas de banhos das patroas com as empregadas é de Manuela. Certo dia quando estava a conversar com ela contou-me que,

Já trabalhou numa casa onde eram duas empregadas. Lá tinha duas casas de banhos, uma estava dentro de casa e a outra localizava-se fora. A casa de banho de dentro era usada pela patroa e pelo marido, e quando quisessem sair trancavam e levavam consigo as chaves. Por sua vez, a casa de banho de fora, embora que os patrões não estivessem a usar permanecia fechada, e as chaves ficavam com eles (...) A patroa e o marido trabalhavam, e o marido era o primeiro a ir ao serviço, e quando as empregadas pedissem a patroa para deixar-lhes as chaves da casa de banho recusava, e por sua vez dizia as empregadas caso desejem fazer necessidades para irem fazer no tanque de lavar, ou no plástico para depois deitar no contentor de lixo. Um dia as empregadas decidiram contar ao marido sobre o assunto, e o marido mostrou-se surpreendido pelo comportamento da esposa e levou as chaves que ele usava e, foi mandar fazer duas cópias de chaves de fechadura de casa de banho de fora e distribuiu as empregadas (Manuela, 28 anos, que trabalha no bairro do Aeroporto).

A história apresentada acima reforça ainda a ideia segundo a qual as patroas segregam as empregadas ao proibirem o uso com elas as casas de banhos mesmo que isso implique que as empregadas tenham que satisfazer suas necessidades em locais impróprios.

Questionadas sobre a segregação, as patroas mencionam duas razões pelas quais usam casas de banhos diferentes com as empregadas. A primeira razão é de exclusividade. Segundo elas gostam de exclusividade no uso de casas de banho. E a segunda razão é de higiene e segundo elas ao usarem casas de banhos exclusivas garantem a higiene nas casas de banhos.

As patroas ao proibirem as empregadas de usarem as suas casas de banhos seja por exclusividade, ou para manter a higiene estão a praticar segregação. A justificação dada pelas patroas segundo a qual garantem exclusividade e higiene talvez não faz sentido porque as empregadas são as que limpam as casas de banhos. Portanto, esta contradição permite-me reforçar a ideia de que as patroas segregam as empregadas para manter os seus espaços longe das empregadas.

As empregadas para além de serem segregadas no uso de casas de banhos vivem outra componente de segregação, que se manifesta através de diferenciação de alimentação que elas consomem com aquela que as empregadas consomem. Relativamente a este aspecto de comida existem três formas de segregação nomeadamente a primeira é que as patroas comem comida diferente daquela consumida pelas empregadas, a segunda é de que as patroas comem antes das empregadas e a terceira é de não dar comida as empregadas.

Quanto ao facto das patroas comerem primeiro, elas são as primeiras a matabichar, a almoçar e a jantar. Quando o mata-bicho ou almoço está pronto é comum ver as empregadas servirem a comida em tigelas térmicas ou bandejas e deixar na mesa. Feito isso as empregadas dizem as patroas que a comida está pronta. As patroas comem enquanto as empregadas fazem outras actividades tais como limpar o fogão, arrumar a loiça e outros objectos usados na cozinha. Só depois das patroas terem concluído as empregadas é que comem. E nos casos em que tenham restado comida no dia anterior as empregadas é que comem.

Quanto ao consumo de comida diferenciada, durante a minha observação em alguns casos, vi que as empregadas comem sozinhas certo tipo de comida sobrado no dia anterior, como feijão e verduras. Caso as sobras fossem carne, frango e peixe as patroas tanto as empregadas comem. E quando questionadas sobre o assunto as patroas alegam que não comem sobras do dia anterior, por isso dão as empregadas uma vez que não pode ser deitada fora. Portanto, isso reforça a ideia de que as patroas segregavam as empregadas pelo consumo diferenciado de comida.

E quanto as patroas que não dão comida as empregadas, algumas acham que vale a pena a comida apodrecer sem ser consumida do que apodrecer na barriga da empregada como mostra o estrato que se segue,

Deixei de trabalhar porque não comia. A minha patroa quando ia ao serviço deixava-me um pauzinho e uma colher de açúcar para matabichar. Não tinha direito de almoço e trabalhava até às 17h00 h. Para sobreviver a minha mãe que trabalhava na mesma zona como empregada é que trazia-me comida para almoçar. A patroa trancava comida na

despensa ou no congelador. No congelador costumava ter cheio de comida, refrescos, frango, peixe, tomate ... e até apodrecia mas trancava. Não tinha problema com o patrão, até ele comprava comida no serviço dava a patroa para mandar para mim para almoçar só que a patroa enviava-me a comida dizendo que era para guardar, assim quando chegava a comida em casa eu guardava, e quando a patroa voltasse do serviço entregava. Um dia o marido zangou para ela quando descobriu que a comida que comprava não comia e por sua vez apodrecia no congelador. Ele disse não havia razões para a patroa esconder comida porque comprava para eu comer, e a patroa já tinha o direito de mata-bicho, almoço e lanche no serviço dela, e quando isso acontecia a patroa zangava para mim no dia seguinte, dizia porque que você falou para o meu marido, quer me estragar o lar? Estás a ver tudo isso que tenho aqui em casa, para conseguir comprar eu tinha que trabalhar a fome, sem comer (Cacilda, 30 anos, trabalha no bairro Alto-Maé).

O trecho acima descrito para além de mostrar que as patroas segregam as empregadas por não dar comida embora tenham, mostra também que intimidam para as empregadas não queixarem aos maridos.

As patroas para além de violentarem as empregadas através de mecanismos de segregação também violentam através de mecanismos de intimidação. As empregadas são intimidadas através de ameaças de cortes de salários e de despedimentos. Os mecanismos de intimidação acontecem quando as empregadas fazem pedidos de dispensa as patroas, seja para irem ao hospital quando estão doentes ou os filhos destas, ou para irem resolver questões pessoais.

As patroas ameaçam as empregadas ou impõem pré-condições quando pedem dispensa. Elas dizem as empregadas caso desejem ir ao hospital ou resolverem questões de emergência pessoais para irem trabalhar mais cedo para depois irem ao hospital, ou irem ao hospital muito cedo para depois irem trabalhar.

Certo dia quando não sentia-me bem pedi a minha patroa para dispensar-me no dia seguinte para ir marcar consulta médica, ela respondeu-me, ou você vai ao hospital ou vem para aqui. Se vai para hospital depois de amanhã vamos fazer as contas. Sempre quando pedia para ir ao hospital falava muito, dizia que sempre você está doente, sempre, sempre... (Nina, 23 anos, trabalha no bairro Urbanização).

O trecho da Nina acima descrito mostra que as patroas ameaçam as empregadas através de intimidação. Quando a patroa diz que amanhã vamos fazer as contas quer dizer vai cortar o salário da empregada. Para além de ameaças de cortes de salário também ameaçam despedi-las como podemos ver no exemplo a seguir,

Houve um dia que pedi dispensa para ir matricular o meu filho na escola. A minha patroa disse-me que não seria possível sair porque tinha muito trabalho a fazer. Prontos! Como não podia fazer nada fiquei. Na semana seguinte que era a última de matrícula na escola pedi de novo. A minha patroa começou a falar muito, você trabalha pouco e fim do mês quer receber, se continuar assim hei-de arranjar outra empregada, é preferível para mim ter empregada que tem menos chato do que você! (Tina, 26 anos, trabalha no bairro Malhangalene).

No exemplo da Tina mostra-se que a patroa quando diz que se continuar assim vou arranjar outra empregada ou é preferível ter outra empregada, é ameaça de que vai despedir a empregada.

Nesta secção mostrei que as patroas segregam as empregadas por usarem casas de banhos diferentes com estas e consumirem comida diferente. E intimidam as empregadas através de mecanismos de ameaças de corte de salários e de despedimentos. Esta conclusão por um lado assemelha-se a conclusão de Brites (2007) para quem as patroas ensinam as crianças a segregar ao estabelecerem espaços distintos com as empregadas. Elas ensinam as crianças que as empregadas devem usar banheiros, quartos e dependências diferentes daqueles que são usados pela família.

E por outro lado, os dados da pesquisa permitem mostrar que para além das patroas segregarem as empregadas através de uso diferenciado de casas de banhos e consumo diferenciado de alimentação também as intimidam através de ameaças de cortes de salários e de despedimentos.

Entretanto, diferentemente dos autores que consideram as empregadas como vítimas passivas de violência das patroas (Tavares 2005; XI CLABCS 2011 e Santos 2009), na secção seguinte deste estudo mostrarei como as empregadas reagem a segregação e intimidação, não sendo necessariamente vítimas passivas.

5. 3. Estratégias de resistência das empregadas à segregação e intimidação das patroas

Nesta secção apresento as estratégias de resistência adoptadas pelas empregadas diante à segregação e intimidação das patroas. Estas estratégias podem ser directas ou indirectas.

A estratégia de resistência indirecta consiste em fazer as coisas proibidas pelas patroas sem elas saberem. Algumas empregadas são muitas vezes as que cozinham para as patroas e na cozinha servem uma porção considerável de comida e comem antes das patroas, contrariando a regra segundo a qual elas devem ser as primeiras a comer. Elas fazem isso na ausência das patroas ou enquanto as patroas estão na sala a ver televisão, no serviço ou mesmo quando tenham ido ao centro de saúde.

O que tem acontecido é que quando as empregadas comem enquanto as patroas estão ausentes e quando estas regressarem, as empregadas fingem que ainda não comeram, e que estavam a espera das patroas para comerem depois delas. Mesmo se tivessem restado a refeição do dia anterior, elas como já sabem que não comem algumas vezes aquela comida que estão a confeccionar naquele dia, comem na cozinha antes de avisarem as patroas que a comida está pronta ou servirem para a mesa.

Como se pode ver, as patroas pensam que segregam as empregadas ao consumirem comida diferente e em tempos diferentes, mas não sabem que as empregadas são as primeiras a comerem na cozinha. Comem a comida confeccionada neste dia e comem ainda se tiver restado comida no

dia anterior. Mais uma vez isso mostra que as empregadas têm estratégias indirectas e secretas de resistência à segregação feita pelas patroas relativamente a comida.

Ainda nas estratégias indirectas a segregação, através de conversas com as empregadas percebi que algumas usam as casas de banhos das patroas quando estão ausentes. Este facto fez com que as patroas que descobriram o assunto trancassem as suas casas de banhos, mas mesmo assim algumas empregadas quando fazem limpeza aproveitam usar-nas sem o conhecimento das patroas. Era frequente ouvir algumas empregadas a dizer que “as casas de banhos das patroas cheiram bem e que dá vontade de comer enquanto estão sentadas na pia!”. Portanto, isso reforça ainda a ideia segundo a qual as empregadas contornam secretamente as fronteiras de segregação instituídas pelas patroas.

E quanto a estratégias de resistência directas a intimidação, quando as empregadas pedem dispensa nos dias normais de trabalho, seja para irem ao centro de saúde quando estiverem doentes, seus filhos, ou para irem tratar questões de emergência pessoais e por sua vez as patroas recusem por meio de ameaças de cortar salário ou de despedimento, as empregadas têm estratégias de resistência. Quando as patroas impõem condições como forma de obrigar as empregadas a desistir do pedido, estas reclamam as condições impostas pelas patroas levando assim as duas partes a discussões directas que culminam algumas vezes com a cedência por parte das patroas como mostra o trecho a seguir descrito,

Um dia quando pedi para ir ao hospital ameaçou-me que caso vá ao hospital tem que vir receber o seu dinheiro. Eu respondi a ela que, se você quer a mim é porque estou bem, que tal se eu cair aqui porque estou doente e morrer? Ou você muda, se não mudar algum dia há-de ver não hei-de vir aqui. Quando respondi-lhe isso ela dispensou-me (Tina, 26 anos, trabalha no bairro Malhangalene).

O que a Tina disse, nota-se que recorreu a estratégia de resistência directa respondendo directamente a patroa o que fez com que aquela mudasse a sua decisão. História similar aconteceu com a Manuela como mostro a seguir,

Foi na quarta-feira quando pedi a minha tia para ir ao hospital no dia seguinte porque não sentia-me bem. Minha tia respondeu que não seria possível porque no dia seguinte tinha muito trabalho, eu perguntei-lhe como que hei-de vir trabalhar se estou doente. Ela disse que poderia ir no dia de folga, discutimos, discutimos e depois disse ok você tem muita mania, mas podes ir (Manuela, 28 anos, trabalho no bairro Aeroporto).

Nas estratégias indirectas a intimidação em conversa com a Tina que trabalha no bairro Malhangalene disse-me que contou sobre as ameaças da sua patroa a um dos filhos mais velhos que vivia fora da casa da mãe e que ia frequentemente visitar a mãe e por sua vez o filho sensibilizou a mãe para mudar o comportamento dela, pois aquela era a empregada que tinha ficado mais tempo com ela e com a saída dela por vingança a mãe sofreria. Neste caso, nota-se que a empregada recorreu a estratégia indirecta contando ao filho da patroa e este ajudou a ela aconselhando a mãe. Paralelamente a história da Tina o exemplo a segui mostra que a empregada recorre ao marido para lhe ajudar a sensibilizar a patroa,

Antes de encontrar este emprego trabalhava na Matola, só que lá deixei de trabalhar porque a minha senhora e o marido ficavam sempre a discutir por causa de mim. A senhora recebia dinheiro e não me pagava. E eu quando falasse ao marido que não recebia o meu salário ficava a discutir com ela. Então achei que era melhor sair porque já não me entendia com a minha senhora... (Nina, 23 anos de idade, trabalha no bairro da Urbanização).

Como se pode ver com o exemplo da Nina, ilustra ainda que as empregadas recorrem a estratégias indirectas pedindo apoio aos maridos das patroas com a intenção de ajudar a elas a sensibilizá-las.

Nesta secção mostrei que as empregadas têm estratégias de resistência face a segregação e intimidação das patroas. Estas estratégias são directas e indirectas. As estratégias são directas quando as empregadas respondem imediatamente as acções das patroas e que algumas vezes

culminam com a cedência nas duas partes e indirectas quando as empregadas recorrem a outros meios para enfrentar as patroas, como por exemplo nos casos em que as empregadas pedem apoio aos maridos ou a pessoas que vivem fora de casa, como é o caso dos filhos da patroa, ou ainda quando fazem as coisas proibidas pelas patroas sem elas saberem.

Estas conclusões da terceira secção são similares a conclusões de Nyamnjoh (2005) para quem as empregadas quando são maltratadas pelas patroas desafiam secretamente o poder delas através de actos como pequenos furtos, fofocas acerca das patroas com as outras empregadas, uso excessivo do telefone de casa enquanto fingem que não sabem usar telefones, gasto excessivo de água, energia e consumo extravagante de alimentos de casa, entre outros aspectos. Entretanto, adicionalmente a conclusão de Nyamnjoh (2005), no presente estudo mostro que as empregadas para além de resistirem secretamente as acções das patroas resistem através de respostas directas.

De uma forma geral, nesta parte do trabalho mostrei que as patroas segregam as empregadas através do uso de casas de banhos diferentes e consumo diferenciado de alimentação. E também intimidam as empregadas através de mecanismos de ameaças de cortes de salários e de despedimentos. E diante dessa situação as empregadas reagem através de estratégias que algumas vezes são directas e indirectas. As estratégias são directas quando as empregadas respondem imediatamente as patroas e são indirectas quando aquelas recorrem a ajuda de outras pessoas para enfrentar as patroas ou resistem secretamente sem o conhecimento das patroas.

6. Conclusão

Este trabalho analisou a relação entre as patroas e as empregadas no contexto da violência. A violência das patroas contra as empregadas tem sido discutida nas perspectivas, de poder, de género e pós-estruturalista. A perspectiva de poder defende que as patroas violentam as empregadas porque são detentoras de poder (Tavares 2005 e XI CLABCS 2011). A perspectiva de género entende que as patroas violentam as empregadas porque herdaram a construção da desigualdade patriarcal de género (Santos 2009). As duas perspectivas permitem compreender o poder das patroas na violência e que as patroas herdaram a violência que os homens fazem as mulheres mas, não compreendem a resposta das empregadas. E a perspectiva pós-estruturalista defende que existem processos de negociação nas relações entre as patroas e as empregadas (Brites 2000; 2007; Nyamnjoh 2005 e Sorotto 2006). Esta perspectiva ajuda-nos a compreender que as relações entre as patroas e as empregadas são negociadas.

Dadas as limitações das perspectivas de poder e de género e a partir de uma pesquisa etnográfica de carácter exploratório, neste estudo fiz continuidade da visão da perspectiva pós-estruturalista e percebi que a relação entre patroas e empregadas é de violência que manifesta-se por um lado, através de intimidação, por acções de ameaças de cortes de salários e de despedimentos. Por outro, que violência manifesta-se através de segregação na diferença no uso de casas de banhos e consumo diferenciado de alimentação. Diante dessa situação as empregadas reagem através de estratégias directas que consistem em reclamações imediatas que algumas vezes levam a cedências e através de estratégias indirectas, que consistem em contar a pessoas de confiança das patroas ou não cumprem as ordens das patroas.

A segregação que refiro-me assemelha-se por um lado a anotada por Brites (2007) quando considera que as patroas ensinam segregação as crianças ao estabelecerem espaços distintos com as empregadas como banheiros, quartos e dependência diferente dos que são usados pela família. Por outro os dados desta pesquisa permitem mostrar que para além das patroas segregarem as empregadas através de diferenciação de espaços, tanto as segregam por vias de consumo diferenciado de alimentação e ainda intimidam através de ameaças de cortes de salários e de despedimentos.

De forma complementar os resultados do presente estudo são similares a aqueles apresentados por Nyamnjoh (2005) para quem as empregadas quando são maltratadas pelas patroas desafiam secretamente o poder delas através de actos como pequenos furtos, fofocas acerca das patroas com as outras empregadas, uso excessivo do telefone de casa enquanto fingem que não sabem usar telefones, gasto excessivo de água, energia e consumo extravagante de alimentos de casa, entre outros aspectos. Entretanto, neste estudo mostro que para além das empregadas resistirem secretamente as acções das patroas também resistem através de respostas directas.

Os resultados do presente estudo permitem-me concluir que, se por um lado as patroas desenvolvem mecanismos de violência contra as empregadas, por outro as empregadas reagem a esses mecanismos através de acções directas e indirectas. Esta conclusão permite distanciar-me da perspectiva de poder que defende que as patroas violentam as empregadas por serem detentoras de poder (Tavares 2005 e XI CLABCS 2011) e da perspectiva de género que considera que as patroas violentam as empregadas por terem herdado a desigualdade patriarcal de género (Santos 2009), e por sua vez, reforçar a perspectiva pós-estruturalista que considera que existem processos de negociação entre as patroas e as empregadas (Brites 2000; 2007; Nyamnjoh 2005 e Sorotto 2006).

Esta é uma pesquisa exploratória que apesar de problematizar a violência feita pelas patroas contra as empregadas carece de aprofundamento em pesquisas futuras. As pesquisas futuras poderão aprofundar outras tentativas de violência contra as empregadas e possivelmente perceber a violência que as empregadas fazem as patroas.

Referências

Antunés, Gilson. Breves Considerações Sobre o que é Violência. www.Artigos-sobre-violencia-10110513113335. Retirado em 10/05/2014.

Alves, Cláudia. (2005). Violência Doméstica. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra. Acedido em 25 de Julho, 2014. Disponível em <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2004010.pdf>.

Arthur, Maria. (2003). “Violência contra as mulheres: entre o relativismo cultural e a lei”. Maputo. *Outras vozes*. (2): 5-7.

Brites, Jurema. (2007). “Afecto e desigualdade: género, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores”. *Cadernos pagu* (29): 91-109.

..... (2000). Afecto, desigualdade e Rebeldia: bastidores do serviço doméstico. Tese de Doutorado. Instituto de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal do rio grande do sul. Porto Alegre.

Bortolotti, Silvana et al. (2011). Resistência a Mudança Organizacional: Avaliação de Atitudes e Reações em Grupos de Indivíduos. *VIII Simpósio de excelência em gestão e tecnologia*.

Boletim Informativo do Sindicato dos Professores do ABC. (2003). Assédio Moral: uma violência Contra o Trabalhador. SINPRO abc.

Chavel, Kátiya. (2011). Percepções e experiências de violência perpetrada pelas mulheres contra homens: um estudo em locais seleccionados na cidade de Maputo. Tese de Licenciatura em Antropologia. Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

Contrera-Moreno, Luciana e Maria Contrera-Moreno. (2004). “Violência no trabalho em enfermagem: um novo risco ocupacional”. *Revista brasileira de enfermagem*, 57 (6): 746-9.

Cezar, Eliene. (2005). Problemas de violência ocupacional em um serviço de urgência hospitalar da cidade Londrina-Paraná. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo.

Dias, Isabel. (s/d). Estratégia de pesquisa qualitativa no estudo da violência na família. Porto. Acedido em 31/07/ 2014. Disponível em [Ler. Letras. up. pt/uploads/ficheiros/4256.pdf](http://www.let.uep.pt/uploads/ficheiros/4256.pdf).

..... (2008). “Violência contra as mulheres no trabalho: o caso do assédio sexual”. *Sociologia, problemas e práticas*, (57): 11-23.

Foucault, Michel. s/d. A Microfísica do Poder. Acedido em 31/05/2014. Disponível em www.sabotagem.cjb.net.

Ferraz, Cristiano. (2009). “Marxismo e Teoria das Classes Sociais”. *Politeia: História e sociologia*, 9 (1): 271-301.

Ministério da Mulher e da Acção Social. 2004. Inquérito sobre violência contra a mulher. Maputo.

Mejia, Margarita et al. (2004). “Gabinete de atendimento da mulher e da criança: análise dos casos registados”. *Outras vozes*. 1 (7): 1-5.

Muendane, Adriano. (2012). Violência doméstica na cidade de Maputo: um estudo sobre as causas da quebra de passividade da mulher vítima. Tese de licenciatura em Sociologia. Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

Machado, José et tal. 1992. Dicionário enciclopédico. Lisboa: Publicações Alfa.

Nyamnjoh, Francis. (2005). “Madams and maids in southern Africa: coping with uncertainties, and the art of mutual zombification”. *Africa Spectrum*, 40 (2): 181-196.

Neto, Arnaldo. (2009). Deslocamentos urbanos e desigualdades sociais: um estudo do movimento diário da população do Belo Horizonte. Dissertação do curso de mestrado do programa de pós-graduação em Sociologia. Faculdade de filosofia e ciências sociais da Universidade Federal de Minas Gerais.

Negri, Sílvio. (2008). “Colectâneas do nosso tempo”. *Rondonópolis-MT*, II (8): 129-153.

Rosa, Felipe. (2003). “Intimidação como violência”. *Revista EMERJ*, 6 (21): 175-179.

De Oliveira, Danielle e Lídio Sousa. (2006). “Gênero e violência conjugal: percepções dos psicólogos”. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 6 (2): 34-50.

Osório, Conceição. 2002. *Poder e violência: homicídio e femicídio em Moçambique*. Maputo: WLSA Moçambique.

Organização internacional de trabalho. (2003). Stop Violência no trabalho. Acedido em 11 de Abril de 2014. Disponível em Trabalhosfeitos.com/ensaios/violência-contra-empregadas/44172562.html.

Oliveira, Roberval. (2008). Violência relacionada ao trabalho: signos, significados e práticas entre trabalhadores da construção civil. Tese de doutoramento. Instituto de Saúde Pública da Universidade Federal da Bahia.

Oliveira, Flaviana. (2012). Ocupação do espaço urbano: a questão da moradia. Laboratório didático – USP ensina Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Pereira, Thais et al. (2004). Considerações sobre a resistência a mudanças no processo de melhoria contínua. *XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. (pp.1543-1549). SC, Brasil.

Sorotto, Lúcia. (2006). Quando o trabalho é na casa do outro: um estudo sobre empregadas domésticas. Tese para a obtenção do grau de doutor em Psicologia. Universidade de Brasília.

Santos, Rosana. (2009). Corpos domesticados: a violência de gênero no cotidiano das domésticas em Montes-Claro – 1959 a 1983. Tese de Mestrado em História. UBERLÂNDIA-MG.

Ubisse, Alair. (2009). A permanência de mulheres financeiramente independentes em relações conjugais violentas. Tese de licenciatura em Sociologia. Faculdade de letras e ciências sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.

Jacobson, Alessandra e Márcia Rodrigues. (2002). “Abordagens para lidar com a resistência humana frente a processos de mudança organizacional”. *Revista de ciências de comunicação*. 4(6): 39-49.

Hayeck, Cynara. (2009). “Reflectindo Sobre a Violência”. (2009). *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*. 1(1): 1-8.

Tavares, Maurício. (2005). Diferenças e desigualdades sociais naturalizadas no trabalho de adolescentes empregadas domésticas na cidade do RECIFE. Tese de Mestrado em Sociologia. Departamento de ciências sociais da Universidade federal de Pernambuco.

.....Conceitos de intimidação. Acedido em 31 de Maio, 2014.
Disponível em [htt: conceitos.de/intimidação](http://conceitos.de/intimidação).

..... Foucault, Michel. (s/d). O Sujeito e o Poder. Acedido em 30 de Junho, 2014. Disponível em www.ebooks.com.

Ventura, Rodrigo. (2009). “Os paradoxos do conceito de resistência: do mesmo a diferença”. *Estudos de Psicanálise*, (32): 153 – 162.

XI Congresso Luso afro-brasileiro das Ciências Sociais. (2011). Jovens trabalhadoras no espaço doméstico: exploração e violência. *Diversidades e (des) igualdades*. (pp. 1-11). Salvador.